

Universidade Federal Fluminense
Instituto de História
Departamento de História
Disciplina: GHT 00791 – História e Políticas de Reparação (2.2020)
Professora: Samantha Viz Quadrat
LABHOI – samantha.quadrat@gmail.com



História e Políticas de Reparação: o direito à memória, verdade e justiça

Ementa geral:

Reparação como conceito. Reparação como política. Reparação no mundo e no Brasil. Grupos que reivindicam políticas de reparação. Formas de reivindicação das políticas de reparação. Justiça de transição. Memória e reconciliação. Instrumentos para implementação de políticas de reparação.

Recorte proposto: O curso tem como objetivo analisar políticas de reparação na América Latina que envolvam perseguições políticas e étnicas através do século XX e XXI, daremos destaque a países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Chile e Peru. O curso será organizado a partir do trio: verdade, memória e justiça. Nesse sentido, cada um desses elementos será avaliado de maneira comparada entre os países.

Objetivos: Discutir as políticas de reparação elaboradas pelos organismos internacionais e pelos grupos atingidos. Apresentar as diferentes políticas de reparação e os organismos destinados a essas políticas. Conhecer as utilizações possíveis dos mecanismos e políticas de reparação. Conhecer e analisar as políticas de reparação em contextos sociais diversos. Dominar conceitos e práticas referentes à implementação de políticas de reparação.



Programa (poderá ocorrer alterações após a primeira aula)

Unidade 1: A história das políticas de reparação

A unidade tem como objetivo discutir o conceito de reparação e seus vários impactos (históricos, financeiros, jurídicos, pedagógicos etc)

Unidade 2: O direito à memória

Essa unidade dará ênfase ao debate sobre memória e seus vários aspectos na sociedade.

- * Os conceitos de memória e história
- * O que são políticas de memória e seus desdobramentos na América Latina
- * O ensino das ditaduras no período democrático
- * A recuperação de lugares de memória e construção de marcos no espaço público

Unidade 3: O direito à verdade

Essa unidade dará ênfase ao debate sobre o que chamamos de verdade nas políticas de reparação.

- * O reconhecimento das vítimas
- * A localização e abertura de arquivos da repressão
- * As Comissões da Verdade

Unidade 4: O direito à justiça

Essa unidade dará ênfase ao debate jurídico dos crimes cometidos por agentes das ditaduras, as anistias aos perseguidos políticos e as políticas de reparação trabalhista e financeira, seja individual ou coletiva.

- * As anistias aos perseguidos políticos
- * Os processos em cortes nacionais e estrangeiras contra agentes da repressão
- * As diferentes ações materiais de reparação aos anos de perseguição



Referências bibliográficas básicas:

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação” IN: *Iberoamericana XI N. 42* Iberoamericana Vervuert, 2011

ALVES, Luís Alberto RIBEIRO, Cláudia “Ensinar passados dolorosos, aprender com o uso pedagógico da história” In: Tatyana de Amaral Maia; Miriam Hermeto; Luís Alberto Marques Alves; Claudia Sofia Pinto Ribeiro. (Org.). *(Re)construindo o passado: o papel insubstituível do ensino da História*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

GOMES, Flávio S. (1996): “Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil”. Em: Almeida, Maria Herminia Tavares/Fry, Peter/Reis, Elisa (Orgs.) *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: HUCITEC.

MATTOS, Hebe “Políticas de reparação e identidade coletiva no mundo rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José. Em: *Estudos Históricos*, 37 RJ, FGV, 2011.

ROSA, Johnny Roberto “A cultura política da reparação: por uma história comunicativa e uma memória apaziguada” IN: *História: Debates e Tendências* – v. 12, n. 2, Passo Fundo, UPF, jul./dez. 2012.

NAÇÕES UNIDAS. *Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of International Humanitarian Law (Res. nº 60/147, 2005)*. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/law/remedy.htm>

NAÇÕES UNIDAS. *Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts (Res. nº 56/82, 2001)*. Disponível em: http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/9_6_2001.pdf.

RÜSEN, Jörn. “Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história” IN: *História da historiografia*, n. 2, Unirio-Ufop, 2009.

Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília/Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal/Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/repressao-e-memoria-no-contexto-ibero-americano.pdf>

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões - Revista de História da Ufes, Vitória/ES*, vol. 32, 2014, p. 148-169. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8371/5948>

SANTOS, Cecília Macdonell, TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. 2 v.

TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2001.



Todos os textos, inclusive os documentos , serão disponibilizados digitalmente. A bibliografia poderá ser alterada no decorrer do curso e contará com textos em espanhol. Caso queiram algum tema específico não deixem de informar.

Avaliação:



- ✓ 1 trabalho analisando um documento oficial sobre algum caso estudado a ser entregue no meio do curso (valor 10 pontos)
- ✓ 1 trabalho contemplando um estudo de caso a ser entregue no final do curso (valor 10 pontos)